PAUTA
PARA A 139ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 17 DE NOVEMBRO DE 2010

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 754, de 2010, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Altera a Lei nº 13.296, de 2008, que estabelece o tratamento tributário do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.

2 - Moção nº 91, de 2010, de autoria da deputada Vanessa Damo. Aplaude os Trabalhadores em Panificação e Confeitarias pela comemoração do seu dia.

2ª Sessão

Projeto de lei nº 753, de 2010, de autoria do deputado Alex Manente. Autoriza o Poder Executivo a contruir e instalar uma unidade do Instituto de Reabilitação da Rede Lucy Montoro em São Bernardo do Campo.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 751, de 2010, de autoria do deputado Roberto Engler. Dá a denominação de "Dr. Manoel Joaquim dos Reis" ao viaduto localizado no km 389 da Rodovia Armando Salles Oliveira - SP 322, em Bebedouro.

2 - Projeto de lei nº 752, de 2010, de autoria do deputado Edson Giriboni. Dá a denominação de "Nelson Vieira" à Penitenciária 1 de Guareí.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 746, de 2010, de autoria do deputado Waldir Agnello. Dispõe que todos os materiais escolares destinados às crianças de até 12 anos de idade deverão ter certificação dos órgãos públicos competentes de que são

isentos de quaisquer riscos para a saúde.

2 - Projeto de lei nº 747, de 2010, de autoria do deputado Alex Manente. Declara de utilidade pública a "Associação Cultural e Recreativa da Paulicéia" - ACREPA, em São Bernardo do Campo.

3 - Projeto de lei nº 748, de 2010, de autoria do deputado Waldir Agnello. Dispõe que as embalagens de Pão Integral comercializado no Estado só conterão a expressão "integral" se o produto tiver mais que 51% (cinquenta e um por cento) de grãos integrais na sua composição.

4 - Projeto de lei nº 749, de 2010, de autoria do deputado Waldir Agnello. Declara de utilidade pública a "Associação Anti-Alcoólica de Jales" - AAAJ, naquele Município.

5 - Projeto de lei nº 750, de 2010, de autoria do deputado Waldir Agnello. Declara de utilidade púiblica a "Associação Cultural e Educacional Futuro Melhor", em Barueri.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o parágrafo único do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 183, de 2010, de autoria do deputado Pedro Tobias. Declara de utilidade pública a "Associação de Proteção à Criança e ao Adolescente de Brotas - APROCAB", naquele Município.

2 - Moção nº 52, de 2009, de autoria do deputado Campos Machado. Apela para os Srs. Membros do Congresso Nacional para que adotem urgentes providências no sentido da não aprovação das Propostas de Emendas à Constituição Federal de nºs 358, de 2005, e 338, de 2009, que tratam de alterar dispositivos inseridos no Capítulo III da Carta Magna, referentes ao Poder Judiciário.

3 - Moção nº 45, de 2010, de autoria do deputado Conte Lopes. Apela para o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados a fim de que empreenda esforços para a urgente aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 2131, de 2009.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 840, de 2008, de autoria do deputado Rogério Nogueira. Declara de utilidade pública o "Instituto de Reabilitação e Prevenção em Saúde Indaiá", em Indaiatuba.

2 - Projeto de lei nº 76, de 2009, de autoria do deputado José Bittencourt. Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Esportistas "Maria Eliza Comin Diniz" ao Ressaca Futsal, em Santa Rita do Passa Quatro.

3 - Projeto de lei nº 618, de 2009, de autoria do deputado Antonio Salim Curiati. Declara de utilidade pública o "Lar Infantil Allan Kardec", na Capital.

4 - Projeto de lei nº 1043, de 2009, de autoria do deputado Campos Machado. Declara de utilidade pública o "Grupo Escoteiro Bragança Paulista - GEBRAPA", em Bragança Paulista.

5 - Projeto de lei nº 1208, de 2009, de autoria do deputado Milton Flávio. Declara de utilidade pública a "Associação do Bem Estar" - ABEM, em Botucatu.

6 - Projeto de lei nº 1300, de 2009, de autoria do deputado Uebe Rezeck. Declara de utilidade pública a "Guarda Mirim de Barretos", naquele Município.

7 - Projeto de lei nº 1395, de 2009, de autoria do deputado Vitor Sapienza. Declara de utilidade pública a "Associação Beneficente Bom Pastor", na Capital.

8 - Projeto de lei nº 1439, de 2009, de autoria do deputado Roque Barbiere. Declara de utilidade pública a "Rede Promissense de Combate ao Câncer", em Promissão.

9 - Projeto de lei nº 105, de 2010, de autoria do deputado Milton Flávio. Declara de utilidade pública a "Associação Ambientalista Defensora da Bacia do Paranapanema - AADEP", em Bernardino de Campos.

10 - Projeto de lei nº 147, de 2010, de autoria do deputado José Bittencourt. Declara de utilidade pública a "Associação de Ensino José Wellington Bezerra da Costa", em Votuporanga.

11 - Projeto de lei nº 164, de 2010, de autoria do deputado Roberto Engler. Declara de utilidade pública o "Grupo Espírita Lar de Ismália", em Franca.

12 - Projeto de lei nº 175, de 2010, de autoria da deputada Maria Lúcia Amary. Declara de utilidade pública a "Guarda Mirim de Sorocaba - Casa do Aprendiz", em Sorocaba.

13 - Projeto de lei nº 199, de 2010, de autoria do deputado Afonso Lobato. Declara de utilidade pública a "Associação Artística Cultural Oswaldo Goeldi", em Taubaté.

14 - Projeto de lei nº 200, de 2010, de autoria do deputado Antonio Mentor. Declara de utilidade pública a "Associação Educacional Cultural de Capoeira Rainha do Engenho", em Paulínia.

15 - Projeto de lei nº 203, de 2010, de autoria do deputado Samuel Moreira. Declara de utilidade pública a "Fundação Educacional Ipanema", em Sorocaba.

16 - Projeto de lei nº 215, de 2010, de autoria do deputado Paulo Alexandre Barbosa. Declara de utilidade pública a "Creche Comunitária Cantinho da Criança", em Santos.

17 - Projeto de lei nº 285, de 2010, de autoria do deputado Roberto Engler. Declara de utilidade pública a "Casa Assistencial Espírita Nosso Lar Amigos do Bem", em Colina.

18 - Projeto de lei nº 311, de 2010, de autoria do deputado Baleia Rossi. Declara de utilidade pública a "Associação de Apoio ao Psicótico -AAPSI", em Ribeirão Preto.

19 - Projeto de lei nº 326, de 2010, de autoria do deputado Bruno Covas. Declara de utilidade pública a "Associação Vox Dei", em São José do Rio Preto.

20 - Projeto de lei nº 347, de 2010, de autoria do deputado Orlando Morando. Declara de utilidade pública a " Sociedade Beneficente Grupo de Amor a Vida - GAV ", em São Caetano do Sul.

21 - Projeto de lei nº 405, de 2010, de autoria do deputado Antonio Salim Curiati. Declara de utilidade pública a "Residência do Amor Fraternal de Avaré - RAFA", naquele Município.

22 - Moção nº 84, de 2009, de autoria da deputada Ana Perugini. Apela para o Sr. Presidente da República para que determine à Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL que tome medidas urgentes no sentido de

realizar freqüente análise na qualidade dos serviços executados pela Telefônica.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 801, de 2008, de autoria do deputado Marco Bertaiolli. Declara de utilidade pública o "Centro de Cidadania SMP - Casa do Ancião", na Capital.

2 - Projeto de lei nº 558, de 2009, de autoria do deputado Estevam Galvão. Declara de utilidade pública a "Associação de Assistência e Promoção Comunitária - ORIENTAVIDA", em Potim.

3 - Projeto de lei nº 756, de 2009, de autoria do deputado Afonso Lobato. Declara de utilidade pública o "Instituto Cidadão", em Taubaté.

4 - Projeto de lei nº 890, de 2009, de autoria do deputado Vinícius Camarinha. Declara de utilidade pública a "Associação de Judô de Bastos", em Bastos.

5 - Projeto de lei nº 1038, de 2009, de autoria da deputada Célia Leão. Declara de utilidade pública a "Comunidade Terapêutica Recanto Flamboyant", em Pirassununga.

6 - Projeto de lei nº 1072, de 2009, de autoria do deputado Baleia Rossi. Declara de utilidade pública o "Centro Espírita Aprendizes do Evangelho", em Ribeirão Preto.

7 - Projeto de lei nº 1209, de 2009, de autoria do deputado Milton Flávio. Declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Conchas" - APAE, naquele Município.

8 - Projeto de lei nº 1280, de 2009, de autoria do deputado Eli Corrêa Filho. Declara de utilidade pública a "Associação dos Rotarianos de Colina - Núcleo de Orientação ao Adolescente - ARCO", em Colina.

9 - Projeto de lei nº 1390, de 2009, de autoria da deputada Beth Sahão. Declara de utilidade pública a "Organização Não Governamental Humanizar", em Olímpia.

10 - Projeto de lei nº 1429, de 2009, de autoria do deputado Said Mourad. Declara de utilidade pública a "Associação MDLD - Amigos Unidos Venceremos", na Capital.

11 - Projeto de lei nº 104, de 2010, de autoria do deputado Milton Flávio. Declara de utilidade pública a "Instituição Beneficente Ação Univida", com sede no Parque Santa Rita, na Capital.

12 - Projeto de lei nº 320, de 2010, de autoria do deputado Vinícius Camarinha. Declara de utilidade pública o "Centro de Promoção Social da Paróquia Nossa Senhora das Dores de Bariri, naquele Município.

13 - Projeto de lei nº 335, de 2010, de autoria da deputada Ana Perugini. Declara de utilidade pública a "Comunidade Farol", em Indaiatuba.

14 - Projeto de lei nº 370, de 2010, de autoria do deputado Paulo Alexandre Barbosa. Declara de utilidade pública a "Associação Beneficente Lauro Tamada", em Santos.

15 - Projeto de lei nº 409, de 2010, de autoria do deputado Rodrigo Garcia. Declara de utilidade pública o Grupo da 3ª Idade de Colina "Amigos Para Sempre", naquele Município.

16 - Moção nº 5, de 2010, de autoria do deputado Celino Cardoso. Apela para os Srs. Presidente do Senado e da Câmara dos Deputados a fim de que promovam as medidas necessárias à aprovação de uma Emenda Constitucional que estabeleça que todo e qualquer partido político só se constitui legitimamente se contar com a adesão de 1.000.000 (um milhão) de assinaturas de eleitores, originários de, pelo menos, 15 (quinze) Estados da Federação.

17 - Moção nº 29, de 2010, de autoria do deputado Campos Machado. Apela para os Srs. Membros do Congresso Nacional a fim de que adotem as cabíveis e urgentes providências no sentido de rejeitar os Projetos de lei nºs 469, 5080, 5081 e 5982, todos de 2009, que alteram o Código Tributário Nacional e a Lei de Execuções Fiscais, especialmente o rito de cobrança administrativa e a transação tributária.

18 - Moção nº 34, de 2010, de autoria do deputado Waldir Agnello. Apela para o Sr. Presidente do Congresso Nacional para que altere a legislação penal brasileira a fim de que haja maior rigor na aplicação e cumprimento das penas nos casos de crimes de homicídio, estupro, tráfico de drogas e outros.

19 - Moção nº 37, de 2010, de autoria do deputado José Bittencourt. Apela para os Srs. Presidente do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários com assento naquelas Casas Legislativas, a fim de

que empreendam esforços para aprovar o Projeto de Lei nº 1463 de 2007, que altera a Lei nº 5.869, de 1973 - Código de Processo Civil, tratando de honorários advocatícios.

20 - Moção nº 43, de 2010, de autoria do deputado Mauro Bragato. Apela para o Sr. Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho para que envide todos os esforços para a construção do Fórum Trabalhista de Presidente Prudente, que irá trazer benefícios aos jurisdicionados e aos profissionais do direito que recorrem a essa justiça especializada.